



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2024

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE  
REALIZAR COLORAÇÃO DE ANIMAIS  
COM A FINALIDADE DE  
ENTRETENIMENTO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

**Art. 1º** Fica proibida, no Estado de Alagoas, a realização de coloração de animais com a finalidade de entretenimento.

**Art. 2º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores à multa de no mínimo 10 (dez) salários-mínimos por animal pintado, sem prejuízo das demais sanções penais, cíveis e administrativas.

§1º Sujeitam-se às penas desta lei aquelas que realizarem a coloração dos animais diretamente, que promovam a comercialização e/ou os tutores que contrate ou permita a mesma prática.


§2º A sanção administrativa de que trata a presente lei independe da caracterização de crime de maus-tratos na forma do art. 32 da Lei Federal nº 9.605/98.

**Art. 3º** O Poder Executivo pode regulamentar esta Lei, no que couber.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, de de 2024.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 54/2024  
Data: 17/01/2024 - Horário: 17:19  
Legislativo



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta pretende proibir, no âmbito do Estado de Alagoas, realização de coloração de animais com a finalidade de entretenimento. Por certo, as questões animais devem ser analisadas pela ótica da humanização dos seres vivos, reconhecendo a sua condição de ser sencientes.

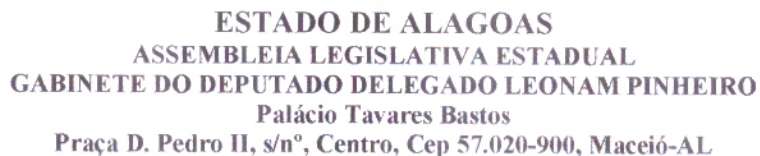
Nos termos do art. 23 e 24 da Constituição Federal, é de competência comum aos entes públicos a preservação das florestas, a fauna e a flora, bem como legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Em sentido complementar, o art. 225 prescreve que:

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, a este incumbindo o dever de “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Por sorte, a Constituição Estadual de Alagoas também prevê normas que visam a proteção e preservação do meio ambiente, estabelecendo os deveres essenciais no art. 217 do referido texto legislativo, o qual inclui, em seu inciso V, a proteção da a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Destaca-se que a coloração de alguns animais, como por exemplo os pintinhos vendidos em feiras, causam problema sérios nos animais, uma vez que os produtos tóxicos utilizados podem levar à cegueira, intoxicação, entupimento das vias respiratórias e até a morte. Aliás, o processo para tingir é também bastante agressivo, podendo ser injetada diretamente no ovo ainda no 18º de incubação ou mergulhado na tinta, logo após o nascimento.



Sala das sessões,                      de                      de 2024.

**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL